



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O caldo cultural do Nordeste, particularmente do sertão, foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna. A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar o seu universo ficcional, como a literatura de cordel e o maracatu rural. Não só histórias e casos narrados foram aproveitados para o processo de criação de suas peças e romances, mas também todas as formas da narrativa oral e da poesia sertaneja foram assimiladas e reelaboradas por Suassuna. Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina.

Com apenas 19 anos, Suassuna ligou-se a um grupo de jovens escritores e artistas. As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções: levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas, instaurar entre os componentes do conjunto uma problemática teatral e estimular a criação de uma literatura dramática de raízes fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina.

No final do século XIX, surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel. A primeira publicação de folheto no Nordeste, historicamente comprovada, aconteceu em 1870.

O nome cordel originou-se do fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres. O principal nome do cordel foi Leandro Gomes de Barros, considerado por Ariano Suassuna "o mais genial de todos os poetas do romanceiro popular do Nordeste".

A peça Auto da Compadecida, de Suassuna, é uma releitura do folclore nordestino em linguagem teatral moderna. O enredo da peça é um trabalho de montagem e moldagem baseado em uma tradição muito antiga, que remonta aos autos medievais e mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.

As apropriações de Suassuna tanto do folheto nordestino quanto de outras fontes literárias são possíveis porque a palavra imitação, usada por Suassuna, remete-nos ao conceito aristotélico de mimesis, cujo significado não representa apenas uma repetição à semelhança de algo, uma cópia, mas a representação de uma realidade. Suassuna já fez diversos elogios da imitação como ato de criação e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare vem da recriação de histórias mais antigas.

Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que a história, uma vez contada, torna-se patrimônio universal e transfere-se para o domínio público. Autoral é apenas a forma textual dada à história por cada um que a reescreve.

(Adaptado de FOLCH, Luiza. Disponível em: www.omarrare.uerj.br/numero15. Acesso em 17/05/2014)

1. Depreende-se do contexto que o autor lança mão do conceito de "mimesis" para
 - (A) explicitar que, em sua obra, Suassuna se apropria da literatura sertaneja, reelaborando-a com um estilo próprio.
 - (B) enaltecer a erudição de autores como Suassuna, capazes de revelar a essência de uma realidade por meio da literatura de cordel.
 - (C) diferenciar o plágio do processo por meio do qual se parte de uma forma artística já existente para parodiá-la, como fez Shakespeare.
 - (D) sugerir que Suassuna valoriza autores do romanceiro nacional que, diferentemente de Shakespeare, foram consagrados pelo gosto popular.
 - (E) retratar a obra de Suassuna como pertencente a um modelo literário propenso a ser reproduzido em simulacros do folclore nacional.
2. Considerado o contexto, há relação de causa e efeito, nessa ordem, entre
 - (A) o elogio de Suassuna à imitação como ato de criação / a intenção de Suassuna de levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas.
 - (B) a disseminação do nome literatura de "cordel" / o fato de folhetos literários serem expostos em cordões nas feiras livres.
 - (C) a ligação de Ariano Suassuna a um grupo de jovens escritores e artistas aos 19 anos / a influência do maracatu rural na peça Auto da Compadecida.
 - (D) a noção existente na cultura popular de que uma história é um patrimônio universal / a originalidade conferida por cada autor a sua história.
 - (E) a infância passada no sertão / a influência da literatura de cordel no estilo do escritor Ariano Suassuna.
3. Uma redação alternativa para um segmento do texto em que se respeitam as normas de concordância encontra-se em:
 - (A) Tanto histórias e casos narrados, como a narrativa oral e a poesia, tratam-se de processos de criação que Ariano Suassuna usa em seus romances.
 - (B) A recriação de histórias mais antigas configuram-se como a base de boa parte da obra de Shakespeare.
 - (C) Cada um que reescreve uma história alheia atribui-lhe uma forma textual que pode ser considerada autoral.
 - (D) Embora devam haver histórias anteriores, a primeira publicação de que se tem comprovação de um folheto de cordel aconteceu em 1870, no Nordeste.
 - (E) O fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres, deram origem ao nome "cordel".



4. Considere o que se afirma abaixo sobre a pontuação do texto.

- I. Sem prejuízo do sentido original, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “atividades” no segmento *As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções...* (2º parágrafo)
- II. No segmento *Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina*, a vírgula colocada imediatamente após “isso” pode ser corretamente substituída por dois-pontos, uma vez que a ela se segue uma explicação. (1º parágrafo)
- III. Sem prejuízo para a correção gramatical, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “sertão”, no segmento *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com os temas e formas de expressão artística...* (1º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 (B) II e III.
 (C) II.
 (D) I e II.
 (E) I e III.

5. *Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que...* (7º parágrafo)

Sem prejuízo da correção e do sentido original, e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

- (A) ainda que.
 (B) conquanto.
 (C) à medida que.
 (D) se bem que.
 (E) na medida em que.

6. O estímulo ... criação de uma literatura dramática ... raízes estivessem fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina, era um dos objetivos do grupo ... Ariano Suassuna se juntou.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III da frase acima:

- (A) à – em que – por que
 (B) a – as quais – no que
 (C) a – das quais – com o qual
 (D) à – cujas – ao qual
 (E) à – nas quais – em que

7. *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e...* (1º parágrafo)

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado na frase acima está empregado em:

- (A) *O caldo cultural do Nordeste (...) foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna.*
 (B) *...levar o teatro ao povo por meio de apresentações...*
 (C) *...que remonta aos autos medievais...*
 (D) *...existe na cultura popular a noção de que a história...*
 (E) *...surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel.*

8. Considerando-se o contexto, a palavra **que** no segmento

- (A) *... que remonta aos autos medievais...* (5º parágrafo) é um pronome com a função de objeto indireto.
 (B) *As atividades que o grupo desenvolveu...* (2º parágrafo) é uma conjunção que equivale a “conforme”.
 (C) *... temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar...* (1º parágrafo) é uma conjunção que introduz o predicativo do sujeito.
 (D) *... mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.* (5º parágrafo) é um pronome com a função de sujeito.
 (E) *... e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare...* (6º parágrafo) é um pronome que introduz um objeto direto.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o poema abaixo.

*Foi bem saber-se que o Sertão
 não só fala a língua do não*

(...)

*Os escritores que do Brejo,
 ou que da Mata, têm o sestro
 de só dar a vê-lo no pouco,
 no quando em que o vê, sertão-osso.*

*Para o litoral, o esqueleto
 é o ser, o estilo sertanejo,*

*que pode dar uma estrutura
 ao discurso que se discursa.*

*Tu, que conviveste o Sertão
 quando no sim esquece o não,*

*e sabes seu viver ambíguo,
 vestido de sola e de mitos,*

*a quem só o vê retirante,
 vazio do que nele é cante,*

*nos deste a ver que nele o homem
 não é só capaz de sede e fome.*

*Sertanejo, nos explicaste
 como gente à beira do quase,*

*que habita caatingas sem mel,
 cria os romances de cordel:*

*o espaço mágico e o feérico,
 sem o imediato e o famélico,*

*fantástico espaço suassuna,
 que ensina que o deserto funda*

(Trecho de: **A pedra do reino**. NETO, João Cabral de Melo)

9. No poema, reforça-se a ideia de que, por meio da obra de Suassuna, fica demonstrado que há um vigoroso caldo cultural no sertão nordestino. Tal ideia se encontra no verso que está em:

- (A) *Tu, que conviveste o Sertão*
 (B) *que ensina que o deserto funda*
 (C) *vazio do que nele é cante*
 (D) *que habita caatingas sem mel*
 (E) *a quem só o vê retirante*



10. Sem prejuízo do sentido original, substitui-se corretamente, no poema,

- (A) o *sestro* por a mania.
- (B) o *féérico* por o humilde.
- (C) o *famélico* por o famigerado.
- (D) *fantástico* por legítimo.
- (E) *caatingas* por brenhas.

Noções de Direito Administrativo

11. O Tribunal Regional do Trabalho pretende modernizar seus processos de trabalho, ampliando o processamento eletrônico de várias etapas e instituindo uma solução integrada de informática. Necessita, ainda, adquirir uma significativa quantidade de computadores com tecnologia e capacidade de processamento compatíveis com a solução a ser adotada. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a autoridade competente

- (A) poderá adquirir os computadores com inexigibilidade de licitação, optando, desde que justificadamente, por marca de sua preferência.
- (B) poderá contratar, conjuntamente, o desenvolvimento da solução de informática e a aquisição dos computadores, com dispensa de licitação, se comprovar a economicidade da contratação.
- (C) deverá realizar pré-qualificação das empresas prestadoras de serviço e fornecedoras de equipamentos, para fins de escolha das propostas mais vantajosas.
- (D) poderá contratar a aquisição dos computadores com inexigibilidade de licitação, se comprovar que somente podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo.
- (E) poderá contratar os serviços e fornecimentos com inexigibilidade de licitação, desde que comprove que os mesmos não possuem natureza comum.

12. Determinado órgão do Poder Judiciário contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a prestação de serviços de vigilância, pelo prazo de 12 meses. O edital de licitação e o respectivo contrato previram a prorrogação do prazo originalmente estabelecido para a prestação dos serviços em questão. Referida previsão, à luz das disposições da Lei nº 8.666/93,

- (A) possibilita a prorrogação por períodos iguais e sucessivos, limitada a 60 meses e, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, por mais 12 meses.
- (B) obriga o contratado a anuir com a prorrogação, por igual período, salvo comprovada impossibilidade de manutenção das condições originalmente pactuadas.
- (C) condiciona-se à anuência do contratado e à comprovação de economicidade da prorrogação, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.
- (D) possibilita, apenas, uma prorrogação, por igual período, eis que se trata de serviço de natureza contínua, condicionada à anuência do contratado.
- (E) viola as disposições legais que atrelam a contratação à vigência dos créditos orçamentários, sendo possível, contudo, a prorrogação mediante aditamento contratual, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

13. Ana, servidora pública federal, titular de cargo efetivo e investida da função de chefia de determinada repartição pública, recusou-se a assinar certidão de contagem de tempo de serviço solicitada por servidor público em face de desavenças pessoais com o requerente, recusando fé a referido documento público. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos federais, Ana sujeita-se à penalidade de

- (A) advertência, cabendo suspensão no caso de reincidência.
- (B) suspensão, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (C) demissão.
- (D) cassação da função de chefia, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (E) suspensão, conversível em multa.



<p>14. A respeito dos atos administrativos, considere:</p> <p>I. Apenas os atos discricionários são passíveis de revogação, mantidos os efeitos anteriormente produzidos.</p> <p>II. Os atos vinculados, quando eivados de vício de competência são passíveis de convalidação, salvo em matérias de competência exclusiva.</p> <p>III. Os atos vinculados podem ser anulados, retroagindo a anulação à data da edição do ato, ou revogados, com efeitos a partir da revogação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II.</p>	<p>17. O Ciclo PDCA inclui as seguintes etapas sequenciais:</p> <p>(A) diagnóstico; definição de metas; monitoramento; avaliação.</p> <p>(B) planejamento; execução; controle/verificação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(C) priorização; definição de objetivos, capacitação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(D) planejamento; desenvolvimento; capacitação; avaliação.</p> <p>(E) programação; direcionamento; controle/verificação; avaliação de resultados.</p>
<p>15. Determinado Tribunal pretende contratar consultoria especializada para desenvolver indicadores de desempenho e aplicar programa de desenvolvimento de competências gerenciais voltado a seu quadro de pessoal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o procedimento licitatório para a contratação em questão</p> <p>(A) deverá se dar na modalidade pregão.</p> <p>(B) deverá ser do tipo melhor técnica, que é o procedimento obrigatório para a contratação de serviços técnico especializados.</p> <p>(C) poderá ser na modalidade convite, independentemente do valor.</p> <p>(D) será, obrigatoriamente, na modalidade concorrência, independentemente do valor.</p> <p>(E) poderá ser do tipo técnica e preço, em se tratando de atividade predominantemente intelectual.</p>	<p>18. O <i>Project Management Institute</i> – PMI tornou-se referência como uma das principais associações profissionais em gerenciamento de projetos. O PMBOK é uma das principais publicações do instituto e envolve nove áreas do conhecimento, dentre as quais,</p> <p>(A) a pesquisa de satisfação do cliente.</p> <p>(B) a certificação de qualidade.</p> <p>(C) as ferramentas de auditoria.</p> <p>(D) o gerenciamento de escopo.</p> <p>(E) o mapeamento estratégico.</p>
<p>16. O <i>Balanced Scorecard</i> – BSC, cujos mentores são Robert Kaplan e David Norton, é</p> <p>(A) um sistema de avaliação de desempenho organizacional que contempla apenas indicadores financeiros.</p> <p>(B) um mecanismo para formulação da estratégia da instituição voltado à missão de futuro e visão de longo prazo.</p> <p>(C) um modelo de gestão estratégica que alinha missão, visão e estratégias a um conjunto de indicadores financeiros e não financeiros.</p> <p>(D) uma metodologia para avaliação e desenvolvimento de competências individuais orientada pelo denominado mapa estratégico.</p> <p>(E) uma metodologia de avaliação de desempenho organizacional e não individual, baseada em guias operacionais.</p>	<p>19. De acordo com as disposições contidas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário,</p> <p>(A) os Tribunais deverão elaborar seus respectivos planejamentos estratégicos, com abrangência, mínima, de 2(dois) anos.</p> <p>(B) são estabelecidos os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, entre os quais se inserem imparcialidade e celeridade.</p> <p>(C) o Plano Estratégico Nacional fixa, para os Tribunais, as metas de curto, médio e longo prazo.</p> <p>(D) constitui missão do Poder Judiciário, fixada no Plano Estratégico Nacional, ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça e equidade.</p> <p>(E) os planejamentos estratégicos dos Tribunais deverão conter, pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.</p> <p>20. Considere que a implementação de uma ação governamental foi concluída no prazo estabelecido, com custos reduzidos e de acordo com o escopo idealizado, porém não foi considerada pela sociedade como promotora dos benefícios esperados. Essa ação foi</p> <p>(A) eficaz, porém não eficiente.</p> <p>(B) efetiva, porém não eficaz.</p> <p>(C) eficiente, porém não efetiva.</p> <p>(D) efetiva, porém não eficiente.</p> <p>(E) econômica, porém não eficiente.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida (por exemplo, Direito Autoral), é mensurado inicialmente pelo
- (A) custo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo ("impairment") anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
 - (B) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil, mas estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo ("impairment") anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
 - (C) valor justo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo ("impairment") anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
 - (D) valor justo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo ("impairment").
 - (E) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo ("impairment").

22. A Cia. Compra, Concerta & Revende S.A. realizou as seguintes transações durante o mês de abril de 2014:

- I. Aquisição, à vista, de máquinas para serem revendidas.
- II. Aquisição, à vista, de máquinas para serem utilizadas na prestação de serviços.
- III. Aquisição, à vista, do direito de usar determinada marca por 5 anos.
- IV. Aquisição e pagamento de um seguro contra incêndio com vigência de 12 meses.

A Cia. Compra, Concerta & Revende S.A. reconheceu as transações I, II, III e IV, respectivamente, como ativo

- (A) não circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- (B) circulante, não circulante, circulante e circulante.
- (C) não circulante, não circulante, não circulante e não circulante.
- (D) circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- (E) circulante, circulante, não circulante e circulante.

23. A Cia. Verde & Amarelo S.A. possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado (equipamentos), cujo valor contábil, após o reconhecimento da depreciação de 2013, era composto por:

Custo de aquisição:	R\$ 420.000,00
Depreciação acumulada:	R\$ 120.000,00
Perda por desvalorização reconhecida (em 2012):.....	R\$ 50.000,00

Em 31/12/2013, antes de elaborar suas demonstrações contábeis, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade desse ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso:	R\$ 235.000,00
Valor justo líquido de despesa de venda:.....	R\$ 210.000,00

O valor recuperável para este ativo imobilizado, em 31/12/2013, era, em reais,

- (A) 210.000,00.
- (B) 250.000,00.
- (C) 235.000,00.
- (D) 300.000,00.
- (E) 40.000,00.



24. A Cia. Desembolsa adquiriu, em 31/03/2014, um ativo financeiro no valor de R\$ 50.000,00 e o classificou, nesta mesma data, como "disponível para negociação imediata". Este título remunera à taxa de 2% ao mês (juros compostos) e o valor justo deste título em 30/04/2014, um mês após a sua aquisição, era R\$ 51.400,00. O valor que a Cia. Desembolsa apresentou em seu Balanço Patrimonial, em 30/04/2014, e o resultado reconhecido em sua Demonstração do Resultado do mês de abril, referentes a este ativo financeiro, foram, respectivamente, em reais,
- (A) 51.400,00 e 1.400,00.
- (B) 51.000,00 e 1.000,00.
- (C) 51.000,00 e 1.400,00.
- (D) 51.400,00 e 1.000,00.
- (E) 51.400,00 e 0,0.
-
25. Em 15/04/2014, a Cia. Amarela verificou que a despesa de depreciação de seu ativo imobilizado, referente ao ano de 2013, foi calculada considerando o valor residual incorreto. Sabendo que a diferença entre os valores (calculado e o que deveria ter sido calculado como despesa de depreciação) é material, a Cia. Amarela
- (A) não faz nenhum ajuste em suas demonstrações contábeis.
- (B) corrige suas demonstrações contábeis de forma retrospectiva, apenas.
- (C) divulga o erro nas demonstrações contábeis de 2014, apenas.
- (D) corrige suas demonstrações contábeis de forma prospectiva e divulga o erro em 2014.
- (E) corrige suas demonstrações contábeis de forma retrospectiva e divulga o erro em 2014.
-
26. A Cia. Capital apresentava, em 31/12/2012, um Patrimônio Líquido composto pelas seguintes contas:
- | | |
|-----------------------------|------------------|
| Capital Social:..... | R\$ 2.000.000,00 |
| Reserva Legal: | R\$ 400.000,00 |
| Reserva Estatutária:..... | R\$ 200.000,00 |
| Reserva para Expansão:..... | R\$ 500.000,00 |
- Durante 2013, a Cia. Capital apurou um lucro líquido de R\$ 500.000,00 e seu estatuto determina a seguinte destinação desse lucro:
- Reserva Estatutária: 10% do lucro líquido.
 - Reserva para Expansão: até 50% do lucro líquido.
 - Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei nº 6.404/1976.
- Com base nestas informações e sabendo que a Reserva Legal é constituída nos termos da Lei nº 6.404/1976, o valor total do Patrimônio Líquido que a Cia. Capital apresentou em 31/12/2013 foi, em reais,
- (A) 3.385.000,00.
- (B) 3.425.000,00.
- (C) 3.410.000,00.
- (D) 3.600.000,00.
- (E) 3.400.000,00.

27. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2010 e 31/12/2011 e a Demonstração do Resultado para o ano 2011 da empresa Produtos Baratos S.A. são apresentados nos dois quadros abaixo (valores em reais).

Produtos Baratos S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/10 e 31/12/11

ATIVO	31/12/10	31/12/11	PASSIVO	31/12/10	31/12/11
Ativo Circulante	264.000	482.000	Passivo Circulante	312.000	564.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	94.000	Fornecedores	132.000	171.760
Clientes	112.000	192.000	Imposto de Renda a Pagar	-	4.800
Estoques	132.000	196.000	Empréstimos	180.000	388.000
Ativo Não Circulantes	288.000	436.000	Patrimônio Líquido	240.000	353.440
Investimentos Imobilizado	28.000	72.000	Capital	200.000	300.000
Veículos	168.000	364.000	Reservas de Lucros	40.000	53.440
Imóveis	92.000	-			
TOTAL DO ATIVO	552.000	918.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	552.000	918.000

Produtos Baratos S.A.
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/11 a 31/12/11

Receitas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(524.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	292.000
(-) Despesas Operacionais	
- Depreciação	(24.000)
- Diversas despesas operacionais	<u>(236.000)</u>
(+) Outras Receitas e Despesas	
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>12.000</u>
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros	44.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(48.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	(4.000)
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Imóveis	<u>28.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	24.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	<u>(4.800)</u>
(=) Resultado Líquido	19.200

Sabe-se que no ano 2011 a empresa não vendeu qualquer participação societária, não vendeu veículos e não pagou as despesas financeiras do ano. O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais é, em reais,

- (A) 48.240 (positivo).
- (B) 20.240 (negativo).
- (C) 48.240 (negativo).
- (D) 27.760 (positivo).
- (E) 20.240 (positivo).



28. A Empresa Sem Caixa S.A. obteve, em 30/11/2011, um empréstimo nas seguintes condições:

- Valor do empréstimo: R\$ 300.000,00.
- Prazo do empréstimo: 12 meses (vencimento em 30/11/2012).
- Taxa de juros contratada: 1,5% ao mês (regime de capitalização composta).
- Forma de pagamento: 12 parcelas iguais de R\$ 27.504,00 ao final de cada mês.
- Despesas de contrato pagas no dia da obtenção do empréstimo: R\$ 6.000,00.
- Taxa de custo efetivo da operação: 1,83% ao mês.

São valores aproximados que a empresa deveria ter apresentado na Demonstração do Resultado de 2011 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2011, respectivamente:

- (A) Despesa do Empréstimo = R\$ 4.500,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = R\$ 276.996,00.
- (B) Despesa do Empréstimo = R\$ 5.380,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = R\$ 271.876,00.
- (C) Despesa do Empréstimo = R\$ 5.490,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = R\$ 271.986,00.
- (D) Despesa do Empréstimo = R\$ 5.380,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = R\$ 265.876,00.
- (E) Despesa do Empréstimo = R\$ 5.490,00 e Saldo Líquido de Empréstimos (Passivo) = R\$ 277.986,00.

29. A Empresa Ambiental S.A. está respondendo a diversos processos movidos contra ela em diversas áreas. Para a preparação do Balanço Patrimonial em 31/12/2012 foram obtidas as seguintes informações da área jurídica da empresa:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – PIS	400.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	740.000,00	Possível
Ação Trabalhista	1.340.000,00	Provável
Processo Ambiental	320.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis, o valor a ser contabilizado como provisão no passivo é, em reais,

- (A) 1.060.000,00
- (B) 2.480.000,00
- (C) 1.740.000,00
- (D) 1.460.000,00
- (E) 2.800.000,00

30. A Empresa Investe-X S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2011 o saldo de R\$ 200.000,00, na conta Investimentos, correspondente a uma participação de 80% na Empresa Beta S.A.

As seguintes informações, relativas ao ano de 2012, são conhecidas:

- A Empresa Beta S.A. distribuiu dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$ 30.000,00.
- O Resultado Líquido apurado pela Empresa Beta S.A., em 2012, foi um prejuízo de R\$ 20.000,00.
- A Empresa Investe-X S.A. não vendeu nem comprou qualquer participação societária.

O valor da conta Investimentos apresentado no Balanço Patrimonial da Empresa Investe-X S.A., em 31/12/2012, foi, em reais,

- (A) 150.000,00.
- (B) 186.000,00.
- (C) 192.000,00.
- (D) 160.000,00.
- (E) 190.000,00.



31. Um contrato de arrendamento mercantil financeiro foi realizado por uma empresa para a obtenção de uma máquina. O contrato foi concretizado em 31/12/2012 e a empresa pretende ficar com o bem ao final do prazo do contrato de arrendamento. As condições e demais informações sobre o contrato de arrendamento são as seguintes:
- O prazo do arrendamento é de 5 anos.
 - A empresa deverá pagar 5 parcelas anuais de R\$ 24.000,00.
 - A taxa de juros incluída no contrato é 10,425% a.a..
 - O valor presente das parcelas do contrato de *leasing*, em 31/12/2012, era R\$ 90.000,00.
 - O valor justo da máquina na data de início do contrato era R\$ 96.000,00.

Sabendo-se que a empresa pretende utilizar a máquina por 8 anos e que ao final deste prazo a máquina não terá valor de mercado, deveria ter sido contabilizado no ano de 2013, despesa

- (A) financeira no valor de R\$ 24.000,00.
- (B) de depreciação no valor de R\$ 11.250,00.
- (C) depreciação no valor de R\$ 12.000,00.
- (D) financeira no valor de R\$ 10.008,00.
- (E) de arrendamento no valor de R\$ 24.000,00.

32. O balancete de verificação da Empresa Vende Tudo S.A., em 31/12/2012, era composto das seguintes contas:

	R\$
Estoques	45.000,00
Contas a Pagar (que se vencem em até 180 dias)	19.000,00
Clientes (para receber em até 120 dias)	150.000,00
Empréstimos a Pagar	85.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.000,00
Receita Bruta de Vendas	585.000,00
Capital Social	195.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	230.000,00
Despesas com Salários	22.000,00
Reservas de Lucros	14.000,00
Despesas Antecipadas	14.000,00
Investimentos em Coligadas	43.000,00
Devoluções de Vendas	28.000,00
Salários a Pagar	13.000,00
Despesas com Impostos sobre Vendas	75.000,00
Impostos a Recolher (que se vencem em até 60 dias)	7.000,00
Lucro na Venda de Imóvel	9.000,00
Despesa de Depreciação	15.000,00
Máquinas e Equipamentos	130.000,00
Despesas com Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	2.000,00
Estimativa de perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	6.000,00
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	5.000,00
Despesa Financeira	2.000,00
Intangíveis	24.000,00
Despesas com Comissão sobre Vendas	15.000,00
Contas a Receber (para receber em 2015)	35.000,00
Despesas com Propaganda e Publicidade	10.000,00

O Resultado Bruto com Vendas e o Resultado antes dos Impostos e Participações, apurado pela Empresa Vende Tudo S.A., em 2012, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 252.000,00 e 195.000,00.
- (B) 237.000,00 e 195.000,00.
- (C) 252.000,00 e 190.000,00.
- (D) 235.000,00 e 195.000,00.
- (E) 237.000,00 e 190.000,00.



Contabilidade Pública

33. Com o objetivo de atender a insuficiência de caixa no exercício de 2014, o município de Brilhante Azul realizou contratação de operação de crédito por antecipação de receitas orçamentárias – ARO no valor de R\$ 250.000,00. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, no balanço financeiro, estas operações de créditos são classificadas como
- (A) créditos extraordinários.
 (B) passivo não circulante.
 (C) receita de capital.
 (D) receita extraorçamentária.
 (E) passivo permanente.
-
34. Ruy Sábio, secretário de governo de determinado estado brasileiro, alugou um prédio de cinco andares, para instalação do gabinete do governador, pelo prazo de 36 meses, no valor mensal de R\$ 5.000,00, iniciando-se em 01/07/2013. Sob o aspecto orçamentário, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a classificação da despesa orçamentária e o valor empenhado para o exercício de 2013, são, respectivamente:
- (A) capital – R\$ 30.000,00.
 (B) corrente – R\$ 180.000,00.
 (C) patrimonial – R\$ 30.000,00.
 (D) imobiliária – R\$ 180.000,00.
 (E) corrente – R\$ 30.000,00.
-
35. Determinada entidade do Setor Público, realizou operações de créditos, para atender a financiamento de obras e serviços públicos, no valor de R\$ 120.000.000,00, com prazo de amortização de 48 meses e juros mensais de R\$ 1.200.000,00. Com relação à classificação econômica da despesa com amortização e os juros da dívida, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a amortização
- (A) é uma despesa de capital e os juros são despesas correntes.
 (B) e os juros são despesas correntes.
 (C) e os juros são despesas de capital.
 (D) é uma despesa com investimentos e juros são despesas correntes.
 (E) e os juros são despesas financeiras.
-
36. Considerando que os princípios de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, sob a perspectiva do Setor Público, nos termos da Resolução CFC nº 1.111/2007, refere-se ao princípio da prudência:
- (A) Está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
 (B) É base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública.
 (C) As estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.
 (D) Nos registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais.
 (E) Na mensuração de valores que afetam o patrimônio das entidades do setor público devem levar em conta os montantes maiores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores menores para passivos.

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 39, considere a data do Balanço Patrimonial de determinada entidade do setor público – **31/12/2013**, classifique as contas patrimoniais em ativo e passivo circulante e não circulante e utilize a equação patrimonial, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Contas do Ativo e Passivo	Valor (em R\$)	Data de realização dos ativos e das obrigações exigíveis (passivos)
Fornecedores	90	Até – 31/12/2014
Créditos a Receber	220	Após – 31/12/2014
Caixa e Equivalente de Caixa	100	Livre movimentação
Empréstimos Externos	140	Após – 31/12/2014
Créditos Tributários a Receber	150	Até – 31/12/2014
Empréstimos e Financiamentos Internos	160	Após – 31/12/2014
Obrigações Trabalhistas	60	Até – 31/12/2014
Dívida Ativa Tributária	180	Após – 31/12/2014
Provisão para Riscos Trabalhistas	150	Após – 31/12/2014
Investimentos e Aplicações Temporárias	50	Até – 31/12/2014

37. O ativo circulante e não circulante do Balanço Patrimonial, somam, respectivamente, em reais,
- (A) 250,00 e 400,00.
 (B) 300,00 e 400,00.
 (C) 300,00 e 220,00.
 (D) 200,00 e 400,00.
 (E) 400,00 e 300,00.



38. O passivo circulante e não circulante do Balanço Patrimonial, totalizam, respectivamente, em reais,

- (A) 150,00 e 450,00.
- (B) 90,00 e 450,00.
- (C) 450,00 e 150,00.
- (D) 150,00 e 300,00.
- (E) 150,00 e 310,00.

39. Considerando a equação patrimonial, o patrimônio líquido é, em reais,

- (A) 50,00.
- (B) 100,00.
- (C) 160,00.
- (D) 150,00.
- (E) 70,00.

40. Com relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, sistema informatizado que registra, controla e contabiliza toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial da União, considere os principais documentos de entrada de dados:

- I. Anexo de Metas Fiscais – permite adotar medidas de revisão das metas no sentido de manter a política fiscal responsável.
- II. Ordem Bancária – OB – permite registrar o pagamento de compromissos, bem como a transferência de recursos entre UG, liberação de recursos para fins de adiantamento, suprimento de fundos, cota, repasse, sub-repasse e afins.
- III. Nota de Empenho – NE – permite registrar o comprometimento de despesa, bem como aos casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação desse compromisso.
- IV. Relatório de Gestão Fiscal – permite acompanhar as atividades financeiras e de gestão e adotar medidas corretivas, se ultrapassado qualquer dos limites estabelecidos na LRF.
- V. Nota de Movimentação de Crédito – NC – permite registrar a movimentação de créditos interna e externa e suas anulações.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e V.
- (D) IV e V.
- (E) II, III e V.

41. Considere os valores apresentados no Balanço Orçamentário de 2013 de determinada autarquia estadual e as informações abaixo (valores em reais).

Receitas Previstas	Execução das Receitas	Despesas Fixadas	Execução das Despesas
R\$ 6.500.000,00	R\$ 7.600.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 6.700.000,00

- I. O resultado da execução orçamentária foi superavitário em R\$ 900.000,00.
- II. A insuficiência de arrecadação foi de R\$ 200.000,00.
- III. O excesso de arrecadação foi de R\$ 1.100.000,00.
- IV. O resultado da execução orçamentária foi deficitária em R\$ 500.000,00.
- V. A economia orçamentária foi de R\$ 300.000,00.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) IV e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e II.
- (E) I, III e V.



42. Considere que, durante o exercício de 2013, determinado ente público realizou as seguintes transações, em reais:

Transações	Valor R\$
Arrecadação de receita de capital	1.800.000,00
Empenho de despesas correntes	1.600.000,00
Arrecadação de receitas correntes	2.200.000,00
Empenho de despesas de capital	1.400.000,00
Recebimento em Doação de dois terrenos para construção de hospitais públicos	900.000,00
Cancelamento da Dívida Ativa	500.000,00

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, o resultado apurado no exercício, será indicado

- (A) no balanço patrimonial.
- (B) na demonstração das mutações patrimoniais.
- (C) no balanço orçamentário.
- (D) na demonstração das variações patrimoniais.
- (E) no patrimônio líquido.

Atenção: Para responder às questões de números 43 e 44, considere a estrutura do Balanço Financeiro e do Patrimonial, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, e as seguintes informações:

- Saldo do Ativo Permanente do Balanço Patrimonial em 31/12/2012: R\$ 200.000,00.
- Saldo do Ativo Financeiro – Disponível – do Balanço Patrimonial em 31/12/2012: R\$ 80.000,00.
- No exercício de 2013 foram realizadas, por determinada entidade do Setor Público, as seguintes transações relativas às despesas empenhadas e pagas e o recebimento de receitas orçamentárias.

Transações	Valor (em R\$)
Despesas Empenhadas e Pagas	
– Contratação de serviços de manutenção e conservação de bens	20.000,00
– Aquisição de veículos	90.000,00
– Folha de pagamento de servidores efetivos e comissionados	60.000,00
– Aquisição de material de construção para reparos em imóveis	40.000,00
– Aquisição de imóvel destinado à construção do prédio para novas instalações do gabinete do governo	80.000,00
– Contratação de serviços de manutenção de elevadores	30.000,00
– Aquisição de mobiliário para escritório	10.000,00
Receitas Orçamentárias	
– Receitas Correntes e de Capital	350.000,00

43. A partir das transações realizadas, o saldo do ativo permanente em 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 380.000,00.
- (B) 400.000,00.
- (C) 420.000,00.
- (D) 370.000,00.
- (E) 410.000,00.

44. Após os pagamentos de despesas e recebimentos de receitas, o saldo do Ativo Financeiro – Disponível – em 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 20.000,00.
- (B) 130.000,00.
- (C) 150.000,00.
- (D) 180.000,00.
- (E) 100.000,00.

45. O presidente de determinado Tribunal autorizou a contratação de empresa especializada para a construção de um prédio para abrigar os departamentos de almoxarifado e contabilidade. A obra foi orçada no valor de R\$ 4.500.000,00, com prazo de execução de 24 meses. Assim, a modalidade de licitação a ser utilizada, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e a classificação da despesa por grupo de natureza são, respectivamente,

- (A) concorrência e investimentos.
- (B) tomada de preços e ativo imobilizado.
- (C) concorrência e inversões financeiras.
- (D) pregão e ativo permanente.
- (E) tomada de preços e obras e instalações.

**Orçamento Público**

46. O Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 13ª Região necessitou de autorização para abertura de crédito adicional. Para a solução dessa situação, o Analista Judiciário – Área Contabilidade informou que havia a necessidade de obediência às seguintes exigências previstas na Lei nº 4.320/1964: autorização por lei; existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa; exposição justificativa.

Essas exigências são pertinentes aos créditos adicionais

- (A) Suplementares e Extraordinários.
- (B) Suplementares e Especiais.
- (C) Extraordinários, Especiais e Esporádicos.
- (D) Extraordinários, Especiais e Suplementares.
- (E) Especiais e Esporádicos.

47. O Analista Judiciário – Área Contabilidade do TRT da 13ª Região verificou a existência de despesas cuja inscrição como restos a pagar foi cancelada, mas permaneceu ainda vigente o direito dos credores. Nos termos do Decreto nº 93.872/1986, esse tipo de despesa é denominado

- (A) restos a pagar com prescrição interrompida.
- (B) despesas anuladas no encerramento do exercício.
- (C) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício.
- (D) despesas não processadas na época própria.
- (E) restos a pagar de empenhamentos considerados insubsistentes.

48. O TRT da 13ª Região alienou imóvel que considerou não mais necessário para a realização de suas atividades. A receita advinda dessa operação pode ser aplicada em despesas com

- (A) aquisição de material de consumo.
- (B) salário família.
- (C) remuneração de servidores.
- (D) serviços de terceiros.
- (E) aquisição de automóveis.

49. Uma das inovações trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi a necessidade de emissão do Relatório de Gestão Fiscal por parte dos titulares de Poderes e Órgãos da Administração pública, o que inclui o TRT da 13ª Região. Deve estar presente nesse relatório:

- (A) medida corretiva a adotar se ultrapassado o limite de gastos com pessoal.
- (B) resultado nominal.
- (C) demonstrativo relativo à apuração da receita corrente líquida.
- (D) relação dos restos a pagar inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar .
- (E) demonstrativo das despesas, por função e subfunção.

50. O TRT da 13ª Região é órgão sujeito ao controle externo que, nos termos da Constituição Federal, é exercido pelo

- (A) Congresso Nacional, com auxílio do Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Ministério Público Federal, com auxílio do Congresso Nacional.
- (C) Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (D) Ministério Público Federal, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) Tribunal de Contas da União, com auxílio do Congresso Nacional.

**Auditoria**

51. A referência mundial para sistemas de controle interno é o Modelo The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, que traz especificações relacionadas a uma
- (A) estrutura voltada para a gestão de riscos.
 - (B) padronização de papéis de trabalho.
 - (C) metodologia de circularização de informações de acesso restrito.
 - (D) metodologia de processamento digital de dados.
 - (E) padronização de técnicas de amostragem.
-
52. O auditor interno pode realizar testes que permitam obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à Administração. O procedimento que consiste no acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução é a
- (A) Confirmação.
 - (B) Investigação.
 - (C) Observação.
 - (D) Inspeção.
 - (E) Evidenciação.
-
53. O Modelo COSO é estruturado sob a forma de componentes relacionados ao controle interno. É componente que diferencia o Modelo COSO I do COSO II,
- (A) a informação e comunicação.
 - (B) o procedimento de controle.
 - (C) o ambiente de controle.
 - (D) o monitoramento.
 - (E) a definição dos objetivos.
-
54. O relatório é o documento pelo qual a auditoria interna apresenta o resultado dos seus trabalhos. É norma atinente ao relatório que
- (A) seja apresentado somente àquele que solicitou.
 - (B) seja confidencial quanto à autoria, mas não em relação ao conteúdo.
 - (C) seja minucioso e imparcial.
 - (D) contenha eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
 - (E) contenha apenas a conclusão, devendo as recomendações serem feitas em separado.
-
55. A execução dos trabalhos de auditoria é dividida em fases. O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos do ente auditado é elemento que deve ser verificado na fase de
- (A) testes de auditoria.
 - (B) conclusão dos trabalhos de auditoria.
 - (C) planejamento de auditoria.
 - (D) triagem de achados de auditoria.
 - (E) avaliação de resultados de auditoria.

**Matemática Financeira**

56. A aplicação a juros de um capital de R\$ 3.000,00 resultou em um montante de R\$ 3.300,00 ao final do período de 2 meses e meio. A taxa de juros simples anual desse investimento, em %, foi de
- (A) 4.
(B) 48.
(C) 10.
(D) 60.
(E) 38.
-
57. A taxa de juros aparente, que corresponde a uma taxa real de 0,60% em um determinado período e a uma inflação de 15,00% neste mesmo período é, em %, de
- (A) 15,60.
(B) 21,00.
(C) 14,40.
(D) 15,69.
(E) 9,00.
-
58. Um título com valor nominal de R\$ 10.000,00 é resgatado três meses antes do vencimento, pelo valor líquido de R\$ 8.500,00. A taxa de desconto comercial praticada nessa operação é de
- (A) 17,65% no período.
(B) 5,00% ao mês.
(C) 5,57% ao mês.
(D) 4,77% ao mês.
(E) 16,50% no período.
-
59. Um investimento resulta em três recebimentos parciais: R\$ 3.373,40 ao final do primeiro mês, R\$ 3.407,14 ao final do segundo mês e R\$ 3.441,20 ao final do terceiro mês. Dada a taxa de desconto de 1,00% ao mês, e considerando o critério do desconto racional composto, o valor presente aproximado desse fluxo de caixa é, em reais,
- (A) 10.222,00.
(B) 10.426,00.
(C) 9.915,00.
(D) 10.020,00.
(E) 9.728,00.
-
60. Um empresário apresentou em um banco uma duplicata para desconto seis meses antes do seu vencimento. O título tinha valor nominal de R\$145.000,00 e a taxa de desconto comercial simples utilizada pelo gerente da agência foi de 1,75% ao mês. A taxa efetiva da operação no período foi, em %, aproximadamente,
- (A) 9,59.
(B) 12,98.
(C) 10,50.
(D) 11,73.
(E) 10,97.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

As leis são tão antigas, séculos já trabalharam em sua interpretação, inclusive essa interpretação já deve ter-se tornado lei. Além disso, a aristocracia não tem, evidentemente, nenhuma razão para se deixar influenciar na interpretação em nosso desfavor por seu interesse pessoal, pois, afinal, as leis foram fixadas desde o início a favor da aristocracia, a aristocracia está acima da lei e, justamente por isso, a lei parece ter-se colocado exclusivamente nas mãos da aristocracia. Nisso reside naturalmente sabedoria – quem duvida da sabedoria das antigas leis? –, mas igualmente também tormento para nós.

(Adaptado de: KAFKA, F. "Sobre a questão das leis". In: Nas Galerias. São Paulo, Estação Liberdade, 1989. p. 93.)

Comprovar o valor do mais célebre de todos os remédios, chamado moral, exigiria, antes de tudo, pô-lo em causa.

(Adaptado de: NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. Lisboa, Relógio d'Água, § 345)

Com base nos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo a respeito do **diálogo entre o Direito e a moral**. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	